

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

## **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 07/2010**

**PROCESSO nº 08335.018484/2010-53**

A União, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, mediante seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 340/09-SAG, de 13 de agosto de 2009, torna público que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo menor preço por item, de acordo com descrição contida neste Edital e seus Anexos, visando a contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação - TI, para atender as necessidades da SR/DPF/MS - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul. O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, Decretos nºs 5.450, de 31 de maio de 2005 (Pregão Eletrônico) e nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.342 de 23 de agosto de 2002, que regulamenta o sistema de registro de preços, lei complementar 123/06 e Decreto 6204/07 que tratam do tratamento preferencial às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, IN/SLTI-Nº 03, DE 15 OUTUBRO DE 2009, que altera a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, Lei nº 8248/91, Decreto nº 5450/05 e demais cominações legais.

**Data da abertura da sessão pública:** 03/11/2010

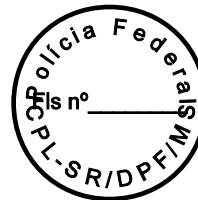
**Horário:** 09h00m (horário de Brasília)

**Endereço:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**Encaminhamento da proposta e anexos:** a partir data de divulgação do Edital no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) até a data e horário da abertura da sessão pública

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** Registro de Preços para futura Contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação - TI, visando o atendimento das necessidades da SR/DPF/MS - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, para a execução continuada de atividades de:



**Item 1:** Processo de tratamento de incidentes e solicitação de serviços, com suporte técnico, remoto e presencial (Service Desk) ;

**Item 2:** Suporte e administração de rede de dados, sustentação de servidores, segurança da informação e suporte e administração de banco de dados

## ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA SERVICE DESK

## ANEXO Ia - CATÁLOGO DE SERVIÇOS

## ANEXO Ib - ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

ANEXO Ic - MINUTA DE CONTRATO - SERVICE DESK

## ANEXO II - TERMO DE REFERENCIA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

## ANEXO IIa - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO IIb - MINUTA DE CONTRATO - SERV ESPECIALIZADOS

ANEXO III -TERMO DE VISTORIA

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTAS

## ANEXO V - MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

## ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

## ANEXO VII – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO SRP

ANEXO VIII - MODELO DE ATA DE SRP

### 1.3. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

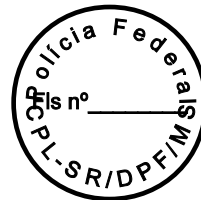
**1.3.1. DEFINIÇÃO:** O Sistema de Registro de Preços é um procedimento previsto no art. 15, da lei 8666/93, regulamentado pelo decreto nº 3.931 de 19/09/2001, mediante concorrência pública e pregão, tipo menor preço, em que os interessados em fornecer materiais, serviços, equipamentos ou gêneros à administração pública, concordam em manter registrados os seus preços para estes produtos e a fornecê-los, quando solicitado, conforme conveniência da administração, durante o prazo de validade da ata de registro de preços;

**1.3.2.** O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VII e nas condições previstas neste Edital.

**1.3.3.** A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos da norma, art. 57, § 4º da Lei 8.666/93.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



## **2. DAS CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e estiverem **previamente credenciados** perante o sistema eletrônico por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) para participação de Pregão Eletrônico.

**2.1.1.** A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

**2.1.2.** Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do presente Edital.

**2.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

**2.2.1.** Com falência, recuperação (judicial e extrajudicial) de empresas, insolvência, judicialmente decretada, sob concordata, fusão, cisão ou incorporação;

**2.2.2.** Em dissolução ou em liquidação;

**2.2.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a SR/DPF/MS;

**2.2.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União;

**2.2.5.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**2.2.6.** que estejam reunidas em consórcio sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

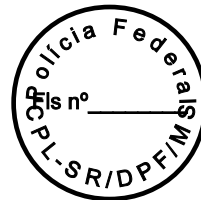
**2.2.7.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**2.2.8.** Cooperativas de mão-de-obra, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

**2.2.9.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico comum.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet, no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.



**3.2.** O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico.

**3.4.**O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.1.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**4.1.1.** Fica obrigado o licitante, quando do envio da proposta, detalhar o objeto ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”.

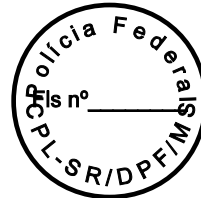
**4.2.** Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.3.** A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) até a data e horário da abertura da sessão pública.

**4.3.1** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**4.4.** Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

**4.4.1.** O licitante microempresa – ME – ou empresa de pequeno porte – EPP – deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no Sistema, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



**4.4.2.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta ou ao enquadramento do licitante na condição de ME ou de EPP sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

**4.5.1.** as especificações do objeto de forma clara e precisa. Caso haja descrição complementar do objeto, deve ser utilizado o campo próprio para descrição das características complementares, vedado o preenchimento deste com dados aleatórios;

**4.5.3.** preço para o item proposto, cotado em moeda nacional, já contemplando todos os insumos que o compõe (tributos, transporte e demais despesas incidentes, direta ou indiretamente, no fornecimento objeto deste Pregão Eletrônico), em planilha detalhada conforme Anexo V deste Edital;

**Parágrafo único** - O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada.

**4.5.4.** As planilhas de custos previstas neste Edital deverão ser encaminhadas pela licitante melhor classificada, logo após o término da etapa de lances, reajustada para os valores finais, em formulário eletrônico específico, e em conformidade com o modelo constante do Anexo V deste Edital..

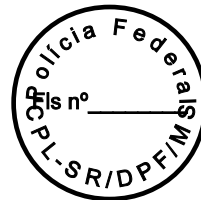
**4.6.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

**6.1.** Após a abertura, o pregoeiro verificará as propostas de preços apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**6.1.1.** Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo realizado o seu julgamento conforme item 6 deste edital.

**6.1.1.1.** O julgamento dos valores será feito com base no menor preço por item, utilizando como parâmetro os valores máximos admitidos, conforme os respectivos Termos de Referência - **Anexos I e II** deste edital.

**6.1.1.2.** Para efeito de julgamento, não será aceita, sob qualquer título, oferta de valores superiores aos preços dos itens e totais constantes nos **Anexos I e II** deste edital.

**6.2.** – Serão desclassificadas relativamente ao item cotado as propostas que:

**6.2.1.** – contenham vícios ou ilegalidades;

**6.2.2.** – não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência.

**6.2.3.** – apresentarem preços que sejam manifestamente inexeqüíveis; e

**6.2.4.** – não vierem a comprovar sua exeqüibilidade.

**6.2.4.1.** – Consideram-se preços manifestamente inexeqüíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**6.2.4.2.** – A inexeqüibilidade dos valores referentes aos itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

**6.2.4.3.** – Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exeqüibilidade, podendo a Administração adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**6.2.4.3.1.** - questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexeqüibilidade;

**6.2.4.3.2.** – levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

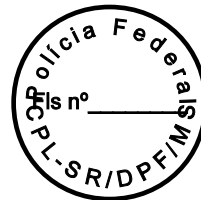
**6.2.4.3.3.** – consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

**6.2.4.3.4.** – pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

**6.2.4.3.5.** – verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**6.2.4.3.6.** – estudos setoriais;

**6.2.4.3.7.** – consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou municipal;

**6.2.4.3.8.** – análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a realização do fornecimento; e

**6.2.4.3.9.** – demais verificações que se fizerem necessárias.

**6.3.** – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.4.** – Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecução da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exeqüibilidade da proposta.

**6.5.** – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.6.** – A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio disponibilizado no sistema eletrônico, após o término da etapa de lances.

## **7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**7.1.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.1.2.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**7.2.** No que se refere ao lance, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as regras de aceitação destes.

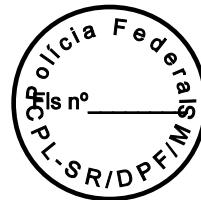
**7.4.** Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

**7.5.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**7.6.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.7.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

**7.8.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.9.** Caso o licitante não apresente lances será considerado o valor de sua proposta e na hipótese de desistência de apresentar lances valerá o último lance por ele ofertado.

**7.10.** Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 15 de dezembro de 2006.

**7.10.1.** O Sistema de Pregão Eletrônico identificará em coluna própria as ME/EPP participantes, fazendo comparação entre os valores da primeira colocada e das demais ME/EPP na ordem de classificação, desde que a primeira não seja uma ME/EPP.

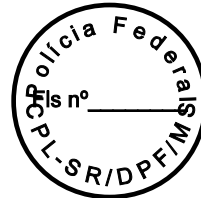
**7.10.2.** Nessas condições, a proposta que se encontrar na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço será considerada empatada com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática.

**7.10.3.** Caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPP's participantes na mesma condição, na ordem de classificação, segundo o estabelecido no item anterior.

**7.10.4.** Caso sejam identificadas propostas de ME/EPP's empatadas em segundo lugar, na faixa dos 5% (cinco por cento) de diferença para a primeira colocada, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, conforme subitens supra.

**7.10.5.** Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991](#), para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:





I-bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

III-bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

**7.10.6.** Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou sendo a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

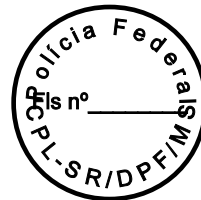
**7.10.7.** Somente após o procedimento de desempate, quando houver, e classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

**7.11.** Caso não incida o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, após o encerramento da etapa de lances, havendo empate entre as propostas de menor preço de duas ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte, ou entre duas ou mais empresas que não se enquadre nessa condição, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

**7.12.** Apurada a proposta de menor preço, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

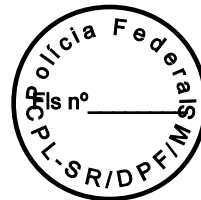
**7.13.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.1.** Caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



**8.2.** Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**9.3.4.** Caso a proposta apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.



**9.3.5.** Caso, por motivo de força maior, não seja possível o envio dos documentos citados no subitem anterior pelo sistema, os mesmos deverão ser enviados por fax, nº (67)3368-1299, ou ainda, em arquivo digitalizado, pelo e-mail [cpl.srms@dpf.gov.br](mailto:cpl.srms@dpf.gov.br), também sem prejuízo do posterior envio dos originais.

**9.5.** Será desclassificada a proposta final cuja planilha de custo e formação de preços não reflita a real dimensão de qualquer um de seus componentes e apresente preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade.

**9.6.** Se a proposta de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**9.7.** Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

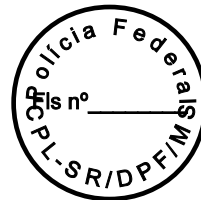
**9.8** Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital:

**9.9** No julgamento das propostas aplicam-se o disposto no artigo 26, § 3º, do Decreto nº 5.450, de 2005.

**10.1.** Para habilitação neste pregão eletrônico, a licitante deverá possuir registro cadastral atualizado no SICAF, que será confirmado por meio de consulta on-line ao sistema, durante a sessão.

**10.2.** Os dados dos documentos de habilitação registrados no SICAF a serem avaliados são os seguintes:

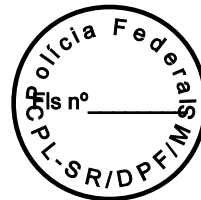
- a)** número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda;
- b)** Certidão Conjunta (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c)** prova de quitação com as fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;



- d) Certidão (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;**
- e) CRF - Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal.**
- f) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1 (um), relativamente à data da apresentação da proposta, no forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.**
- g) Comprovação de patrimônio líquido ou capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices citados no subitem anterior for igual ou menor a 1;**

**d) Declaração de elaboração independente de proposta**

- Atestado(s) de Capacidade Técnica, pelo menos 1(um), em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência na prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, comprovando atuação em telessuporte,



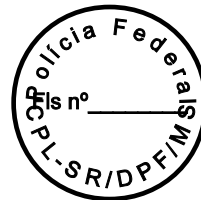
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

compreendendo suporte técnico a usuários de rede corporativa de computadores com, no mínimo, 300 (trezentas) estações de trabalho.

a) A quantidade de 300 (trezentas) estações de trabalho representa menos de 50% do quantitativo a ser atendido pelo futuro Contrato, percentual que a administração considera razoável para efeito de avaliação da capacidade do futuro fornecedor em prestar integralmente os serviços, nos termos do inciso II, art. 30 da Lei no 8.666/93

➤ **Para o ITEM 02 – Suporte e administração de rede de dados, sustentação de servidores, segurança da informação e suporte e administração de banco de dados:**

- Pelo menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, a ser (em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove(m) a aptidão da licitante para desempenho de serviços compatíveis em características e volume com aqueles objetos da licitação. Tais como:
  - Comprovar experiência com equipamentos de rede de pelo menos duas das seguintes marcas: CISCO, 3COM, Enterasys ou Extreme;
  - Comprovar experiência em pelo menos 2 dos seguintes bancos de dados: PostgreSQL, MySQL e MS-SQLServer;
  - Comprovar experiência com no mínimo quatro dos seguintes sistemas operacionais de servidores:
    - o MS-Windows 2003
    - o MS-Windows 2008;
    - o Linux Ubuntu,
    - o Linux CentOS / Fedora;
    - o Unix OpenSolaris;
    - o FreeBSB.
  - Servidores WEB: Apache ou MS-IIS;
  - Portais de conteúdo Zope/Plone;
  - Gerenciamento de redes de armazenamento (SAN – Storage Area Network);
  - Gerenciamento de soluções de backup;
  - Virtualização / Consolidação;
  - Balanceamento de carga;
  - Comprovar experiência em administração de Firewalls;
  - Filtros de conteúdo;
  - Proxies;
  - Antivirus;
  - Execução de rotinas batch;
  - Utilização de ferramentas automatizadas de monitoração (Nagios, CACTI);



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- Execução de rotinas de backup;
- Comprovar experiência com a utilização de linguagens de script de login (VBScript, Java Script e Kixtart Script)

a) É imperativo que o(s) Atestado(s) corrobore(m) a utilização das práticas da ITIL na prestação dos serviços bem como exponha elementos que dêem a dimensão do número de usuários possíveis de serem atendidos e o número médio de chamados (incidentes e serviços) por mês.

➤ **Para os itens 01 e 02:**

- Atestado de Visita Técnica, com data posterior à divulgação/publicação do aviso da licitação e anterior à data do certame, emitido por servidor previamente designado pelo chefe do NTI/SR/DPF/MS ou, em sua ausência, quem o substituir, comprovando que representante da licitante visitou o local onde serão executados os serviços, e obteve as informações necessárias à prestação dos serviços e elaboração de sua proposta comercial, bem como conheceu os ambientes descritos nos respectivos Termos de Referência.

a) O Atestado deverá conformar com o modelo constante do **Anexo II** do Edital.

b) A vistoria deverá ser realizada nos seguintes horários: de 9h às 11h e de 15h às 17h., na SR/DPF/MS, situada na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, CEP: 79.110901 – Campo Grande/MS, até o último dia útil anterior a data de abertura do certame.

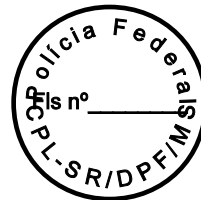
c) Os interessados deverão marcar a visita para a realização da vistoria pelo telefone (67) 3368-1200, no Núcleo de Tecnologia da Informação/SR/DPF/MS.

d) É facultado às licitantes vistorias nas Unidades Descentralizadas em Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS, desde seja agendado, em tempo hábil, com o chefe do NTI/SR/DPF/MS e com a autoridade responsável pela unidade, que designará servidor para acompanhamento nas dependências da mesma.

e) Caso a licitante entenda que não necessita de esclarecimentos adicionais para a formulação de suas propostas, e queira prescindir da Visita Técnica, deverá apresentar, na fase de habilitação, termo de declaração, em papel timbrado da empresa, de que possui informações suficientes e se declara apta a executar os serviços em toda sua extensão.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**f)** A apresentação da proposta de preços na licitação implica que a licitante tomou conhecimento e está de pleno acordo com as normas e condições do Edital e seus anexos, tendo obtido todas as informações pertinentes à formulação de sua proposta comercial, bem como às normas de execução do contrato, não se admitindo alegações posteriores acerca de quaisquer falhas ou omissões em sua proposta, ou mesmo isenção de responsabilidade que deste fato decorra, durante a vigência do Contrato

**10.5.** Caso nos registros cadastrais conste algum documento com prazo de validade vencido, a licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, no prazo e condições estipulados no subitem 10.8, sob pena de inabilitação.

**10.6.** A licitante que apresentar documentação em desacordo com este edital será inabilitada.

**10.7.** Conforme regem os artigos 42 e 43, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

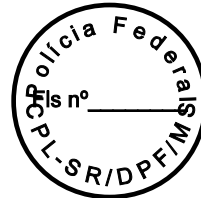
**10.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.7.1.1.** A prorrogação do prazo, a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

**10.7.2.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legalmente previstas, quando serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**10.8.** Após aceitação da proposta, os documentos de habilitação constantes do subitem 10.4., e outros pertinentes, deverão ser encaminhados ao pregoeiro, por meio de fax nºs : (67) 3368-1187 / 3368-1299, ou ainda, digitalizados, pelo e-mail [cpl.srms@dpf.gov.br](mailto:cpl.srms@dpf.gov.br), **no prazo de DUAS horas, contado da solicitação no sistema eletrônico.**





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**  
**SELOG/SR/DPF/MS**  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**11.1. – A proposta de preços e os documentos de habilitação não contemplados pelo SICAF deverão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência e autenticação pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou servidor da SR/DPF/MS, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.**

**11.1.1.1.** - Nesta oportunidade, deverá ser apresentado, também, documento que qualifique o representante da empresa como tal, podendo isto se dar através de apresentação do Contrato Social, procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante; ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante (contrato social).

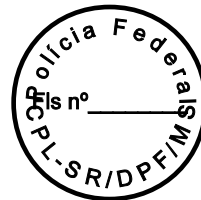
**11.2.** – A proposta de preços vencedora deverá observar o disposto no subitem 11.1., atendendo ao que segue:

**11.2.1. –** Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas:

**11.2.2.** – Conter identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, fax, endereço, dados bancários e, se houver, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);

**11.2.3.** – Descrever de forma clara os itens a que se referem à proposta, com indicação de quantidade, bem como as demais referências que bem o indiquem, de acordo com as especificações deste Edital;

**11.2.4.** – Conter preços unitários e totais, em moeda nacional, em algarismos e por extenso incluindo tributos, elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, considerando os preços praticados no mercado e demais despesas incidentes direta ou indiretamente no fornecimento objeto deste Pregão Eletrônico. Ocorrendo discordância entre os valores, prevalecerão os descritos por



extenso. Ocorrendo divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

**11.2.6.** – A proposta deverá conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos equipamentos e/ou serviços ofertados, incluindo especificação de marca, modelo, procedência, se for o caso, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas e/ou serviços exigidos, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas editadas pelo fabricante, além de planilha detalhada de todos os custos envolvidos para contratação na forma prevista nesse edital.

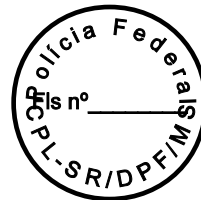
**11.2.8.** – A proponente deverá garantir em sua proposta, para avaliação e concordância, documentação contendo os detalhes técnicos que comprovem o atendimento das especificações e funcionalidades dos equipamentos e/ou serviços e/ou softwares incluídos, se for o caso. Deve ser adotado o modelo exposto no Anexo III desse edital.

**11.2.10.** - A proposta final será documentada nos autos e levada em consideração no decorrer da execução do contrato, no momento da repactuação ou de aplicação de eventual sanção à empresa, se for o caso.

**12.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, no prazo de 30 minutos e com a declaração dos motivos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**12.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto da licitação ao licitante declarado vencedor.

**12.3.** Cabe a Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

**12.4.** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.5.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

**12.6.** Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

**12.7.** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

### **13. DO CONTRATO**

**13.1.** A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação por escrito, para assinatura do Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

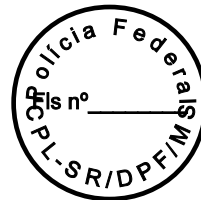
**13.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da fornecedora e aceita pela Administração.

**13.3.** Antes da celebração do contrato, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN -, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

**13.4.** Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de verificada a aceitabilidade das propostas, feita a negociação e, comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**13.5.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.6** Durante a vigência do contrato a fiscalização será exercida por um representante da Administração, designado pela SR/DPF/MS, ao qual competirá registrar em



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração.

**13.7.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

**13.8.** A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.9.** Para a execução do contrato, será implementado método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade, conforme disposto nos Anexos I e II - Termos de Referências concernentes a cada item licitado.

**13.9.** O prazo de vigência do Contrato será inicialmente de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, ou até 31/12/2011, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do Art. 57 da Lei 8.666 de 1993, alterada pela Lei nº 9.648 de 1998.

#### **14. DA GARANTIA**

**14.1.** Para a execução das obrigações assumidas, o Departamento de Polícia Federal exigirá da empresa vencedora que, em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, apresente garantia correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

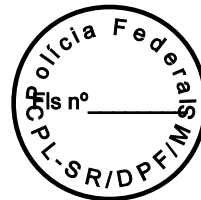
- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro – garantia; ou
- c) fiança bancária.

**14.2.** No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na agência do Banco do Brasil, mediante depósito identificado a crédito da Superintendência Regional do Depto. de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul.

**14.3** Cabe à Administração verificar a idoneidade da garantia, o que se fará com base em elementos objetivos.

**14.4.** Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**14.5.** A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**14.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

**14.7.** No caso de alteração do valor do contrato a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições deste.

**14.8.** A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da SR/DPF/MS, a CONTRATADA deverá reapresentá-la em 48 horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;

**14.9.** O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo das perdas e danos eventualmente verificados.

**14.10.** Fica vedado à CONTRATADA pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

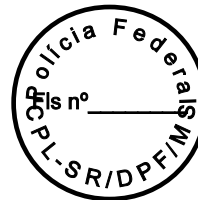
**15.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos Termos de Referência e nas minutas dos Contratos afetos a cada item licitado.

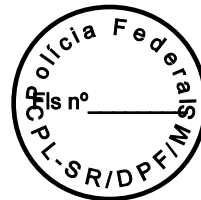
## **16. DO PAGAMENTO**

**16.1.** O pagamento será efetuado à empresa no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, que deverão conter o detalhamento dos serviços executados, observado Art. 40 Inc. XIV, "a" da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais / Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.

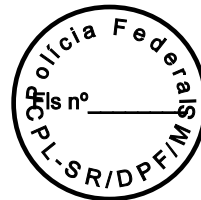
**16.2.** Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**16.3.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.









MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

**18.2.4.** Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

**18.2.4.1** No caso de inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

**18.2.5.** No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.

**18.3.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

**18.4.** As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando para o atraso no cumprimento das obrigações for apresentada justificativa por escrito pela empresa Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e aceita pela Contratante;

**18.5.** As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

**18.6.** A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

## **19 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

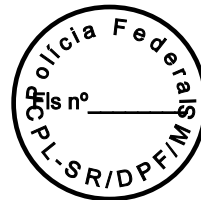
**19.1** A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

**19.2** A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

**19.2.1** A comprovação será feita por meio de documentos alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SELOG/SR/DPF/MS  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**19.2.2** Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

**19.2.3** A Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro procederá à revisão do contrato.

**19.3** Independentemente de solicitação a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

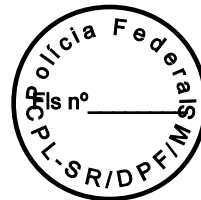
**19.4.** Na execução do contrato será gerado um histórico de informações e dados de atendimento, por meio de ferramenta(s) homologada(s) pelas partes, relativos ao objeto da avença, que será submetido à Administração para promoção de eventuais ajustes, com supressões ou acréscimos, e ainda para o necessário equilíbrio econômico-financeiro na remuneração dos serviços inicialmente contratados, nos termos do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**19.5.** As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

## **20 – DA FISCALIZAÇÃO**

**20.1.** A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado na condição de Fiscal do Contrato, o qual deverá, concomitantemente com outras atribuições previstas em anexos desse edital:

- a)** Manter registro de aditivos;
- b)** Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e verificar o cumprimento integral da execução dos serviços;
- c)** Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos;
- d)** Receber, atestar e autorizar os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto fornecimento dos serviços, para fins de pagamento;
- e)** Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura;
- f)** Promover as fiscalizações Inicial, Diária, Mensal e Especial, constantes na Instrução Normativa no 02/2008 e no 04 – MPOG.



**g)** Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de modificação atual.

**20.3.** A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**20.5.** Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

**20.6.** O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

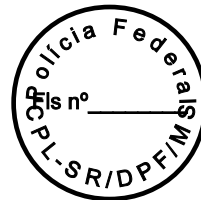
**20.7.** Caberá à CONTRATADA a designação formal de um preposto para representá-la, em tempo integral, nas dependências da CONTRATANTE, para exercer a supervisão e controle do pessoal, inclusive quanto ao cumprimento da jornada de trabalho, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelos seus colaboradores.

**21.1.** Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.

**21.1.1.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

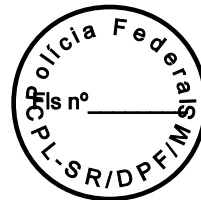
**21.1.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**21.2.** Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da



sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail: **cpl.srms@dpf.gov.br**.

**21.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**21.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público nos termos do § 2º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005.

**21.13.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

**21.14.** O Edital e seus Anexos estão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), e poderá ser lido e/ou obtido na SR/DPF/MS, situada localizada na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, no horário comercial. Telefones/fax para contato: (67)3368-1188 e (67)3368-1299.

**21.15.** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço acima.

**21.16.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, Instrução Normativa nº 02, de 2008, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação correlata.

**21.17.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o do Foro de Campo Grande, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro.

Campo Grande/MS, setembro de 2010.

**DAIANE MACHADO SEVERO DOS SANTOS**

Pregoeira